



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 8ª. REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 15923.720031/2023-41)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em execução de serviços de arquitetura ou engenharia, habilitada e registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou no **Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)** para o fornecimento e instalação do sistema de proteção solar da fachada do edifício sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba – *termobrisas* horizontais de ângulo fixo, sito à Rua professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, no Projeto Básico Completo, incluindo Caderno de Encargos, Memorial Descritivo e Planilhas de Custo e BDI.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
1	Fornecimento e instalação do sistema de proteção solar da fachada da DRF/Sorocaba	20664	Un	1,0	R\$ 1.803.065,65

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000068/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 19
- IV) Classe/Grupo: 873 – Serviço de Instalação



V) Identificador da Futura Contratação: 170318/90020/2022

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2023 e no Plano Nacional de Engenharia da RFB, conforme iniciativa 2021111091.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.1.2. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeitos à aprovação da autoridade competente.

Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Projeto Básico: Hunter Douglas ou de mesma qualidade.

Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na instalação da superestrutura e das placas de termobrisas na fachada do edifício.

4.4.2. A subcontratação fica limitada a locações (caminhões, escavadeiras hidráulicas, caçambas, andaimes, container, etc), aos serviços com retiradas de brises e estrutura existente, serviços de transportes de materiais e entulhos, serviços de lavagem, restauração/revestimento da fachada.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.



4.7. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, conforme determinado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos, integrantes do Projeto Básico completo, anexo ao Edital de Licitação:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: até 15 (quinze) dias do recebimento da competente ordem de serviço;
- 5.1.2. Locação da obra;
- 5.1.3. Adaptações e complementações dos projetos;
- 5.1.4. Instalação do canteiro da obra;
- 5.1.5. Desmontagens e retiradas;
- 5.1.6. Tratamento dos resíduos das retiradas;
- 5.1.7. Tratamento de paredes e pintura de materiais;
- 5.1.8. Fornecimento dos materiais e equipamentos;
- 5.1.9. Instalações dos materiais;
- 5.1.10. Regulagens e testes;
- 5.1.11. Limpeza do local.



5.1.12. Cronograma da obra:

5.1.12.1. prazo para execução dos serviços: 91 (noventa e um) dias.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, nº 111 – Bairro: Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP – CEP: 18013-565

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: o horário padrão da Unidade é 8:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. Porém a Contratada poderá solicitar à Administração a extensão do horário nos dias de semana e nos finais de semana e feriados, justificando a necessidade.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades determinadas pelo Projeto Básico, anexo do Edital de Licitações, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A Contratada deverá efetuar medição dos locais que serão objeto das obras, de forma a certificar-se que esteja de posse das dimensões reais das fachadas;

5.5.2. O canteiro de obras deverá ser obrigatoriamente dentro do espaço designado pela Contratante, não sendo permitida a utilização do hall dos elevadores ou áreas comuns do edifício. Os custos de mobilização da obra, incluindo canteiro, alojamento e equipamentos eventualmente necessários ficarão a cargo da Contratada;

5.5.3. A entrada e saída de materiais deverão ser feitas obedecendo planejamento de fluxo e horários estabelecidos pela Contratada;

5.5.4. Todo o material proveniente das desmontagens e/ou retiradas, após vistoria e liberação por parte da fiscalização da DRF, deverá ficar à disposição da CONTRATADA, que providenciará sua remoção do local;

5.5.5. Os materiais a serem fornecidos deverão ser de alta qualidade e garantidos contra defeitos ou vício de execução pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.5.6. As placas a serem instaladas serão de termobrisas horizontais de ângulo fixo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual contra defeitos ou vícios de execução, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período integral.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19. Verificação diária da utilização dos equipamentos de proteção individual;

6.20. Liberação de entrada e saída de materiais previamente agendados.

6.21. Verificação diária da limpeza do canteiro e da obra.

Gestor do Contrato

6.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



6.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o IMR – Instrumento de Medição de Resultado, conforme modelo anexo ao Edital, bem como o disposto neste item.

7.1.1. Todos os materiais e serviços constados em planilha somente serão considerados para efeito de medição e pagamento quando forem efetivamente executados.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Os serviços deverão estar em perfeito acabamento, de acordo com a normas vigentes e com as especificações constantes do Caderno de Encargos devidamente atendidas;

7.3.2. A Contratada será obrigada a refazer/demolir os trabalhos impugnados logo após ser notificada, sendo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessa providência, ficando a etapa correspondente considerada não aceita.;

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).



7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a



eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido



Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, proposta atualizada que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de proposta anexo ao edital, bem como o Cronograma físico-financeiro e o Orçamento Analítico, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);



Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo V do Edital);

8.30.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA ou CAU), em plena validade



8.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. **Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.32.1. **No caso de Engenheiro Civil: reformas em fachada de edifícios com serviços de instalação de sistema de proteção solar (brises).**

8.32.2. **Para o caso de Arquiteto e Urbanista: reformas em fachada de edifícios com serviços de instalação de sistema de proteção solar (brises).**

8.32.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.33. **Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.33.1.1. Reforma em fachadas de edifícios, com instalação de sistema de proteção solar (brises), em área com no mínimo 325 m² (trezentos e vinte e cinco metros quadrados);

8.33.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.33.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.803.065,65 (hum milhão, oitocentos e três mil, sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha de Custos, anexa ao Projeto Básico.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 170318;
- II) Fonte de Recursos: 1032000000
- III) Programa de Trabalho Resumido: 204351



IV) Elemento de Despesa: 339039.16

V) Plano Interno: OBS

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

<p><<datado e assinado digitalmente>> Leonel Duarte Aranha ATRFB – Matrícula 150084</p>	<p><<datado e assinado digitalmente>> Otávio Luís Silveira ATRFB – Matrícula 132153</p>
---	---

APENDICE I AO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 021/2023 **INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOLAR DA FACHADA DA** **DRF/SOROCABA**

1 - Informações básicas

Número do processo: **15923.720031/2023-41**

2 - Descrição da necessidade

2.1. O conforto térmico, visando a qualidade e o bem-estar dos usuários em suas áreas de trabalho, depende do uso de mecanismos de controle de calor e refrigeração. O uso de sistemas passivos de controle ambiental, como por exemplo, a aplicação de brises, como elemento de controle solar, é de essencial utilização no edifício da DRF/Sorocaba.

2.2. O sistema de controle de calor com utilização de brises consta no projeto inicial do prédio e foi retirado após queda de parte da estrutura e deterioramento, não podendo ser reaproveitado.

2.3. Assim, se faz necessário o uso dos brises como o mais eficiente sistema de controle térmico para este prédio, visto que diminuem a incidência de raios solares sobre a fachada envidraçada, não permitindo que o calor penetre no ambiente, reduzindo as cargas térmicas, além de melhorar a distribuição da iluminação, permitir ventilação e diminuir o consumo energético, visto que o equipamento condicionador de ar central não foi dimensionado para atender a área sem o auxílio das placas de brises. Como constatação desta última observação, tivemos nos últimos seis anos duas avarias no sistema de ar-condicionado central da DRF/Sorocaba, que nos fizeram contratar, por duas vezes, o recondicionamento dos 3 compressores do equipamento, ao custo de R\$80.000,00 cada um.

2.4. O projeto foi elaborado pela empresa AKMB Arquitetos Associados, que definiu as soluções necessárias para a citada proteção de fachada e o serviço foi incluído no Plano Nacional de Engenharia da RFB.

2.5. Dessa forma objetiva-se a contratação de empresa que fará a instalação do sistema de proteção solar da fachada da DRF/Sorocaba, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, em atendimento ao Projeto Básico completo.

3 - Área requisitante

<u>Área Requisitante</u>	<u>Responsável</u>
SEPOL/DRF/Jundiaí	Celson Yoshihisa Kawakami

4 - Descrição dos requisitos da contratação

4.1. Pretende-se contratar empresa especializada em execução de serviços de arquitetura ou

engenharia, habilitada e registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou no **Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)** para o fornecimento e instalação do sistema de proteção solar da fachada do edifício sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, sito à Rua professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP, conforme especificações contidas no Termo de Referência, no Projeto Básico Completo, incluindo Caderno de Encargos, Memorial Descritivo e Planilhas de Custo e BDI.

4.2. A contratação do presente serviço está alinhada ao Planejamento Estratégico do órgão, e foi incluído no Plano Nacional de Engenharia (PNE) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

4.3. Trata-se de serviços comuns, já que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.4. Possui característica de serviço de engenharia, execução indireta e empreitada pelo menor preço global.

4.5. A empresa Contratada deverá comprovar experiência em instalação de sistema de conforto térmico (brises) semelhante.

4.6. A empresa Contratada deverá orientar os seus funcionários na adoção de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em atendimento ao art. 6º da IN MPOG/SLTI nº 01/2010, dentre as quais: redução de consumo de energia elétrica e redução de produção de resíduos sólidos, coleta seletiva de material reciclável e destinação ambiental adequada de resíduos;

4.7. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante;

4.7.1. A Contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela Contratante;

4.8. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, entulhos, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte pela Contratada, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

4.9. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação, regulamentos, normas e práticas aplicáveis, particularmente:

- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Normas aplicáveis da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO, e na ausência destas, com as normas internacionais correspondentes;
- Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho vigentes;
- Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais (Anexo da Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997);

- Instruções e Resoluções dos Órgãos dos Sistemas CREA/CAU e outras, específicas para cada caso, nos capítulos correspondentes deste CADERNO DE ENCARGOS;
- ASHRAE (American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers)
- NBR 15575-4:2013 - Norma de desempenho
- NBR 15575-2021 - Desempenho térmico
- Normas próprias do Edifício esclarecidas pela Contratante.

5 - Levantamento de mercado

5.1. A Administração, de maneira prévia, contratou a elaboração de um Projeto Básico visando encontrar a melhor solução para a fachada do edifício sede da DRF/Sorocaba. Na entrega do imóvel, no ano de 2000, foram instalados termobrisas verticais móveis. Os brises são elementos arquitetônicos utilizados para evitar a incidência da radiação solar no interior da Unidade, o que se demonstrou muito eficiente enquanto instalado.

5.2. Na elaboração do projeto, a empresa responsável necessitou executar três etapas distintas, a saber:

- a) Entrega do cadastramento arquitetônico em BIM da edificação (DRF/Sorocaba), estudo de geometria da insolação e levantamento e apresentação de soluções disponíveis no mercado;
- b) Entrega e apresentação do estudo preliminar da solução aprovada pela Administração; e
- c) Entrega do Projeto Básico e serviços conexos.

5.3. A solução escolhida pela Administração, dentre as possíveis para a fachada oeste de um edifício, foi a de instalação de placas de termobrisas horizontais de ângulo fixo, tendo em vista se tratar de um material altamente isolante e é possível evitar diversos problemas com manutenções preventivas periódicas.

5.4. A solução a ser contratada prevê a instalação de placas de termobrisas de 1250mm de comprimento, de maneira horizontal e em ângulo fixo, em razão da insolação diária e permanente da fachada do edifício.

5.5. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

6 - Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de pessoa jurídica habilitada e registrada no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** ou no **Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)** para fornecimento e instalação do sistema de proteção solar da fachada do edifício sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, sito à Rua professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP, conforme Projeto Básico (Plantas, Caderno de Encargos,

Memorial Descritivo, Planilha de Custos, etc.) e rotinas a serem detalhadas no Termo de Referência.

6.2. Os objetivos a serem alcançados com a contratação dos serviços, de acordo com o objeto deste Estudo são:

- a) Evitar a incidência dos raios solares da maior parte dia na área envidraçada – ala oeste do edifício;
- b) Redução na utilização do sistema de ar-condicionado central, evitando novas manutenções corretivas no sistema (overhaull);
- c) Garantir ambiente agradável aos servidores que se ocupam da ala oeste do edifício para que possam desempenhar suas funções de forma contínua e eficiente, já que a incidência dos raios solares, principalmente durante a primavera e o verão, acarreta temperaturas de até 57° nos vidros;

6.3. Os materiais a serem entregues e serviços a serem prestados serão contratados de acordo com as seguintes exigências:

6.3.1. Procedimentos gerais:

- a) A mão de obra a empregar será sempre de primeira qualidade e especializada, ou seja, equipe experiente e em constante treinamento, objetivando acabamento esmerado à obra;
- c) Todos os materiais a serem empregados na obra deverão atender às condições e especificações do projeto e das presentes especificações, e serem normalizados pela ABNT, e de primeira qualidade, atestada por laboratório independente e idôneo caso solicitado;
- d) A Construtora ou Fornecedora, responsável pelo fornecimento de serviços ou materiais deverá apresentar à Fiscalização amostras que uma vez aprovadas deverão ser mantidas na obra como parâmetros para eventuais comparações;
- e) A execução da obra deverá ser realizada com a adoção de todos os cuidados relativos à proteção dos trabalhadores e pessoas ligadas às atividades da obra, observadas as normas e leis em vigor;

6.3.2. Procedimentos de desmontagens e remoções:

- a) Retirada e destinação do resíduo do sistema de proteção solar existente na edificação;
- b) Aplicar revestimento tipo fulget após a remoção da estrutura existente;
- c) Transporte horizontal de materiais e entulhos;
- d) Transporte vertical de materiais e entulhos;
- e) Destinação dos resíduos;

6.3.3. Suporte e fixação do sistema Brise:

- a) Fornecimento e instalação de tubos de ferro galvanizado 2.1/2" com chumbador de barra chata de ferro 1"x1/4" para fixação em parede;
- b) Fornecimento e instalação de chapas e tubo soldados formando uma mão francesa para fixação do sistema de brises na estrutura do edifício;
- c) Fornecimento e instalação de chumbadores tipo parabolt;
- d) Fornecimento e instalação de estrutura em metalon "U";
- e) Fornecimento e instalação de termobrise 150, em alunzic ou alumínio. cor azul

- f) Pintura das estruturas;
- e) Limpeza geral.

7 - Estimativa das quantidades a serem contratadas

7.1. Os serviços estão caracterizados como Execução Indireta, Empreitada pelo Menor Preço Global.

7.2. A área da fachada, onde deverão ser instalados os termobrisas horizontais de ângulo fixo é de aproximadamente 651,00 m²:

7.2.1. Os materiais e serviços necessários encontram-se discriminado na planilha de orçamento analítico da licitação.

7.3. Local da prestação de serviços:

7.3.1. Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba – Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba/SP.

8 - Orçamentação

8.1. O custo estimado para atender a presente contratação, constante na Planilha de Custo e Cronograma Físico-Financeiro, elaborado pela empresa projetista, é de R\$ 1.803.065,65 (hum milhão, oitocentos e três mil, sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Unid.</u>	<u>Valor Total</u>
1	Fornecimento e instalação do sistema de proteção solar – termobrisas horizontais fixos, conforme Projeto Básico apresentado pela DRF/Sorocaba. Local: Rua Prof. Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba-SP.	un	R\$ 1.803.065,65
Valor global da contratação.....			R\$ 1.803.065,65

8.2. Aplicou-se a metodologia preconizada pelo § 2º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 7.983/2013, conforme autorização prevista na IN SEGES/ME nº 91/2022

9 - Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1. A justificativa em tela visa atender recomendação do Tribunal de Contas da União que orienta a realização de licitação por itens sempre que econômica e tecnicamente viável, em consonância com os preceitos inseridos na Súmula 247 da referida Corte;

9.2. Em que pese a regra ser o parcelamento, ou seja, a divisão por itens, tantos quanto possíveis, a formação de grupo/único item pode e deve ser utilizada quando a natureza do objeto licitatório condiciona tecnicamente a contratação de forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas por meio da economia de escala;

9.3. No presente caso, haveria possibilidade de segregarmos o fornecimento do material da mão de obra envolvida. Porém há possibilidade de enfrentarmos o problema de uma empresa, vencedora do item de instalação, nunca ter trabalhado com os materiais a serem fornecidos por outra licitante no item de materiais.

9.7. Logo, entendemos que o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:

a) Apesar de ser viável tecnicamente, o parcelamento não se mostra viável economicamente para as empresas do ramo, uma vez que os valores da aplicação da mão de obra em conjunto com o fornecimento dos materiais, em item único, resultarão no valor mais atraente para as empresas do segmento;

b) Não foi possível formar convicção de que haverá ganho de escala com a contratação em item único, mas existe convicção de que poderá haver perda com o parcelamento;

c) Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, antes, pelo contrário, o mercado tende a se afastar de contratações de valores mais baixos.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

10.1. A Administração estudará a possibilidade de contratação de uma Assessoria Técnica para auxiliar os integrantes da Comissão de Fiscalização da RFB.

11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento:

11.1. A contratação do presente serviço está alinhada ao Planejamento Estratégico do órgão e foi incluída no Plano Nacional de Engenharia da RFB.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os serviços ora pleiteados envolvem a necessidade de prestação por empresa capacitada e indivíduos treinados especificamente para o desempenho destas atividades;

12.2. Espera-se alcançar alta produtividade, agilidade e qualidade na prestação dos serviços e no fornecimento dos materiais;

12.3. Com a contratação pretendida estima-se melhoria na qualidade do clima organizacional, da qualidade de vida do servidor, no aumento da produtividade e a preservação do equipamento central de ar-condicionado.

12.4. Com a contratação pretendida haverá possibilidade de modernização dos espaços físicos próximos da área afetada com insolação diária.

13 - Providências a serem adotadas

13.1. A Administração deverá disponibilizar o espaço existente no estacionamento externo da Unidade – ilha ao lado da saída do depósito de mercadorias apreendidas, para instalação do canteiro de obras da Contratada.

14 - Possíveis impactos ambientais

14.1. A Contratada deverá, ainda, adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

- a) Maximização dos resultados ambientais e sociais;
- b) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- c) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, utilizando que possível e demonstrada sua conveniência ambiental, substâncias naturais e/ou biodegradáveis;
- d) Racionalização e economia nos consumos de energia (especialmente elétrica) e água;
- e) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- f) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades objeto da contratação;
- g) Para as ocorrências relativas ao descarte de materiais potencialmente poluidores, deverão ser elaborados manuais de procedimentos a serem observados tanto pelo Contratante como pela Contratada.
- h) Todo material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

15 - Declaração de viabilidade

15.1. Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Básico apresentado, esta Comissão de Planejamento da Contratação declara a viabilidade da contratação de serviços de instalação de proteção solar na fachada oeste do edifício da DRF/Sorocaba (fornecimento e instalação de termobrisas horizontais de ângulo fixo).